

REFORMAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS FRENTE ÀS TEORIAS DE CURRÍCULO: DOIS CONCEITOS, UM INTERESSE

CONTEMPORARY EDUCATIONAL REFORMS FACING CURRICULUM THEORIES: TWO CONCEPTS AND A SINGLE INTEREST

LAS REFORMAS EDUCATIVAS CONTEMPORÂNEAS FRENTE A LAS TEORIAS CURRICULARES: DOS CONCEPTOS, UM INTERÉS

Joice Pereira Soares¹ 0009-0007-2523-5286
Letícia Ramalho Brittes² 0000-0002-0279-2713
Laila Azize Souto Ahmad³ 0000-0001-9109-453X

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Jaguari, Rio Grande do Sul, Brasil; joyce.2022100060@aluno.iffar.edu.br

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Jaguari, Rio Grande do Sul, Brasil; leticia.brittes@iffarroupilha.edu.br

³ Instituição – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Jaguari, Rio Grande do Sul, Brasil; laila.souto@iffarroupilha.edu.br

RESUMO:

O presente artigo está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão Educacional, currículo e políticas públicas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica– IFFAR/RS. Tem sua centralidade na análise das reformas educacionais no conturbado contexto político atual do Brasil, diante disso, objetiva-se discutir como os textos legais vêm sendo apresentados à sociedade brasileira. Nessa esteira de novos embasamentos legais para o trabalho do professor e da escola, destacamos a Reforma do Ensino Médio e a implementação de uma nova Base Nacional Comum Curricular. Pretende-se analisar como tais documentos são montados e apresentados perante a sociedade, textos que muitas vezes vão de encontro aos anseios da classe trabalhadora, que é a classe na qual se encontra a maioria da população brasileira. Esse artigo propõe-se a compreender as intencionalidades reais por trás de textos legais e suas condições de produção, a metodologia escolhida, para melhor atingir os objetivos do trabalho, foi a análise de discurso da escola francesa; Foi realizada também uma breve análise sobre as teorias curriculares que ajudaram a justificar as principais considerações às quais chegamos, de que as novas legislações trazem a manutenção da hegemonia através da perpetuação dos currículos tradicionais.

Palavras-chave: reformas educacionais; manipulação discursiva; neoliberalismo; teorias de currículo.

ABSTRACT:

This article is affiliated with the Study and Research Group on Educational Management, Curriculum and Educational Policies - GECPOL at the Federal Institute Farroupilha - IFFAR/RS. It is focused in analyzing educational reforms within the current tumultuous political landscape of Brazil. With this context in mind, the objective is to discuss how legal texts have been presented to Brazilian society. Within the realm of new legal frameworks for teachers' and schools' work, we underscore the High School Reform and the implementation of a new National Common Curricular Base. The aim is to analyze how such documents are

assembled and presented to society, texts that often meet the desires of the working class, which is a class in which the majority of the Brazilian population is found. This his article seeks to comprehend the genuine intentions behind legal texts and their production conditions, the chosen methodology, to best achieve the study's objectives, is the Discourse Analysis rooted in the French School. Furthermore, a brief analysis of curriculum theories that aided in justifying the principal conclusions is also conducted, demonstrating that the new legislations perpetuate the dominance by upholding traditional curriculum.

Keywords: educational reforms; discursive manipulation; neoliberalism; curriculum theories.

RESUMEN:

Este artículo está vinculado al Grupo de Estudios e Investigaciones en Currículo, Gestión Democrática y Políticas Educativas – GECPOL del Instituto Federal Farroupilha – IFFAR/RS. Tiene su centralidad en el análisis de las reformas educativas en el actual contexto político convulso en Brasil, por lo tanto, el objetivo es discutir cómo los textos legales han sido presentados a la sociedad brasileña. En esta estela de nuevos fundamentos legales para el trabajo del docente y la escuela, destacamos la Reforma de la Educación Secundaria y la implementación de una nueva Base Curricular Común Nacional. El objetivo es analizar cómo se elaboran y presentan a la sociedad estos documentos, textos que muchas veces no corresponden a los deseos de la clase trabajadora, que es la clase en la que se encuentra la mayoría de la población brasileña. Este artículo se propone a comprender las verdaderas intenciones detrás de los textos jurídicos y sus condiciones de producción, la metodología elegida, para lograr mejor los objetivos del trabajo, fue el análisis del discurso de la escuela francesa, las teorías curriculares que ayudaron a justificar las principales consideraciones a las que llegamos. que las nuevas legislaciones propician el mantenimiento de la hegemonía mediante la perpetuación de los currículos tradicionales.

Palabras clave: reformas educativas; manipulación discursiva; neoliberalismo; teorías curriculares.

Introdução

“Nunca seremos felizes, nunca” - Profetizara Simón Lopes Bolívar-¹

Em “As Veias Abertas da América Latina”, Eduardo Galeano nos mostra que, para haver vencedores no mundo, é necessário que haja perdedores, a América Latina foi, desde a chegada dos europeus aqui, um lugar destinado a garantir a vitória, primeiro da Europa, depois dos EUA. Fomos marcados para a derrota desde aquele momento.

Destarte, a colonização era primitiva, um roubo simples de riquezas, depois a exploração da mão-de-obra, do solo, das precárias leis fiscais, trabalhistas e ambientais também se mostraram bastante efetivas para garantir o acúmulo de riqueza dos já poderosos. Mas como as civilizações vão avançando, obviamente que a mão invisível e insensível do mercado precisa se reestruturar também; portanto, são necessárias novas estratégias de controle das massas

¹ Citação de As veias abertas da América Latina (Galeano, 2010, p. 234)

exploradas.

Não é à toa que organizações bancárias e mercantis envolvem-se nas políticas educacionais dos países subdesenvolvidos (não chamarei do nome da moda “em desenvolvimento” pois sabemos que seria utópico, eles nunca permitiriam que esse processo que a expressão subentende se concretizasse, como bem profetizara Simón Lopes bolívar). OCDE e Banco Mundial são exemplos de organizações internacionais com especial interesse na educação dos países subdesenvolvidos.

Obviamente que também contamos com o interesse de empresas e bancos brasileiros na nossa educação, Itaú Social e Fundação Lemann, por exemplo. No meio de tantos interesses, encontra-se o trabalho do professor, cada dia mais cobrado, subvalorizado e, ainda assim, preocupado com seus alunos. Entender como funcionam as políticas educacionais, as ideologias trazidas nos diferentes discursos e textos que servem de base para nosso trabalho, bem como as manipulações desses discursos, é de extrema importância para tentarmos auxiliar nossos estudantes a alcançar uma educação emancipadora, para quem sabe, um dia, podermos ser felizes, como continente, como nação, como cidadãos.

Para atingir tais objetivos, este artigo tem como abordagem metodológica uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, embasada no materialismo histórico-dialético, que conforme Triviños (2008, p. 51-52):

O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana. Marx e Engels colocaram pela primeira vez, em sua obra *A ideologia alemã* (1845-46), as bases do materialismo histórico. Nela criticam os jovens hegelianos e Feuerbach que acham ainda que a história era resultado das ideologias e da presença dos "heróis", ao invés de buscar nas formações sócio-econômicas e nas relações de produção os fundamentos verdadeiros das sociedades. O materialismo histórico ressalta a força das ideias capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou. Por isso, destaca a ação dos partidos políticos, dos agrupamentos humanos etc., cuja ação pode produzir transformações importantes nos fundamentos materiais dos grupos sociais.

Assim sendo, já que o presente artigo analisa as condições de produção de políticas públicas que acabam favorecendo a manutenção do estado hegemônico no decorrer dos contextos políticos e sociais na nossa sociedade, o enfoque metodológico é a Análise de Discurso da Escola Francesa, difundida por Michel Pêcheux e pela linguista brasileira Eni Puccinelli Orlandi. Orlandi (2005) considera que todo o discurso traz consigo um caráter ideológico que é anterior ao próprio discurso e que vai além do que está escrito buscando seus significados na história.

Michel Pêcheux [...] é o fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso que teoriza como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem. Concebe o discurso como um lugar particular em que essa relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos de determinação histórica dos processos de significação. Estabelece como central a relação entre simbólico e político (Orlandi, 2005, p. 10).

Assim sendo, a análise dos discursos apresentados, seja em forma de textos legais ou de publicidades que buscavam vender a ideia de que as políticas reformistas eram benéficas para a população, ajuda-nos a entender como um governo que assumiu o poder depois de um controverso processo de impeachment, conseguiu impor, de maneira muito célere, mudanças tão significativas na Educação Básica do país. Haja vista que a consolidação do processo de impeachment ocorreu em 31 de Agosto de 2016, e a apresentação da Medida Provisória que impôs a Reforma de Ensino Médio data de 22 de Setembro do mesmo ano e foi sancionada em 16 de fevereiro de 2017.

O desenvolvimento do artigo está dividido em 5 seções. A primeira traz uma análise das distorções semânticas que auxiliam na manutenção da hegemonia do poder; a segunda seção do desenvolvimento apresenta reflexões sobre as intencionalidades que permeiam movimentos e entidades que se empenharam muito na aprovação da nova BNCC; a terceira seção analisa o contexto que permitiu as mudanças nos documentos norteadores da educação; a quarta reflete sobre como o neoliberalismo cria mecanismos de controle do trabalho docente; a quinta e última seção do desenvolvimento traz reflexões sobre as teorias de currículo. O artigo é finalizado pelo capítulo das considerações finais.

A crise discursiva

Embora o título do presente artigo não apresente o “nome” do interesse aos quais servem os conceitos que serão trabalhados, não será feito nenhum grande mistério sobre ele, bem como, infelizmente, não surgirá um “deus-ex-machina”² para resolver os problemas que esse interesse traz para a sociedade. Afinal, convivemos com os interesses do capital sendo priorizados desde que as sociedades “evoluíram”, e infelizmente (mais uma vez) a sociedade não conseguiu amenizar as mazelas que esse sistema traz para a população, pelo contrário, a exploração da

² Deus ex-machina pode ser definido como “Procedimento que se origina no teatro grego da Antiguidade clássica, cuja tradução literal significa ‘deus que desce numa máquina’. Trata-se do surgimento de uma personagem inesperada que ao solucionar uma situação intrincada” (Glossário Teatral UNESP, s/p). Disponível em: <https://www.ia.unesp.br/#!/teatro-sem-cortinas/pratas-da-casa/glossario-teatral/d---e---f/deus-ex-machina/> acesso em: 12/07/2023

classe trabalhadora segue cada vez mais feroz, com novas táticas de normalização dos absurdos que são impostos aos trabalhadores modernos.

A Confluência Perversa foi cunhada por Evelina Dagnino antes dos anos 2000, tratando de uma crise discursiva, na qual a linguagem das pautas da esquerda passou por um processo de generalização e descontextualização, que acabou trazendo um esvaziamento de significados. O conceito de Participação Popular, por exemplo, serviu de base para o surgimento de diversos “Conselhos” nos quais os grupos sociais dividem a opinião em um debate mediado pelo Estado.

A linguagem utilizada pelos grupos sociais para se comunicar e articular suas demandas vai sendo desconstruída e desvirtuada ao longo do tempo. Isso acaba criando um espaço para a manipulação das pautas e uma perda de sentido para os conceitos que eram utilizados pelos movimentos sociais originalmente. Esse esvaziamento semântico traz consigo um empobrecimento na própria luta das minorias. Outro ponto ressaltado por Dagnino é a crescente aproximação quanto ao entendimento sobre a participação ativa da sociedade civil com as ONGs, o que é chamado de “onguização”:

O resultado tem sido uma crescente identificação entre “sociedade civil” e ONGs, onde o significado da expressão “sociedade civil” se restringe cada vez mais a designar apenas essas organizações, quando não em mero sinônimo de “terceiro setor”. Reforçada pelo que tem sido chamado de “onguização” dos movimentos sociais (Alvarez, 1999) essa tendência é mundial. Mas seria necessário aprofundar os significados locais específicos desse deslocamento, bem como apontar a heterogeneidade constitutiva do campo das ONGs (Teixeira, 2000) que tendemos a ignorar (Dagnino, 2004, p.149).

A autora traz importantes reflexões sobre o papel das ONGs nos debates com o Estado, com diferentes esferas do Poder Público (União, Estados e Municípios). Delegar a voz da sociedade às ONGs favorece a “escolha” dessas Organizações, que podem ser não-governamentais, mas muitas apresentam um viés ideológico que agrada aos governantes daquele momento.

As relações entre Estado e ONGs parecem constituir um campo exemplar da confluência perversa que mencionamos antes. Dotadas de competência técnica e inserção social, interlocutores “confiáveis” entre os vários possíveis interlocutores na sociedade civil, elas são frequentemente vistas como os parceiros ideais pelos setores do Estado empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil (Dagnino, 2004, p. 149).

Assim sendo, o debate acaba não apresentando contraditório e os interesses de quem está no poder naquele momento apresentam maiores chances de serem satisfeitos, mesmo que não representem, necessariamente, anseios da população em geral. Na próxima seção,

analisaremos o Movimento Pela Base que representa uma forte influência nas políticas educacionais atuais e que, não por coincidência, é financiada pelo empresariado brasileiro.

O movimento pela BNCC e a reforma do Ensino Médio: o empresariado organizado pelo bem comum (comum a quem?)

A aprovação da BNCC de 2018, traz um exemplo importante do ativismo de fundações não governamentais muito atuantes na política nacional, a forte influência do MPB (Movimento Pela Base), que não por mera coincidência é formado por figuras do empresariado brasileiro. É importante refletir sobre os interesses que possam estar por trás dos esforços dos donos dos meios de produção do capital na formação dos jovens, embora esse grupo afirme em seu site que busquem a redução das desigualdades e maior eficiência, como vemos abaixo:

A Base Nacional Comum Curricular define os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros têm o direito de aprender, ano a ano, durante sua trajetória na Educação Básica. Adotar uma base curricular comum é fundamental para reduzir as desigualdades educacionais de uma nação. Ao definir o que é essencial ao ensino de todos os alunos em cada uma das etapas da vida escolar, as expectativas de aprendizado e critérios de qualidade ganham transparência e podem ser aplicadas e cobradas com maior eficiência (Movimento Pela Base Nacional Comum, 2016, s/p.).

Confrontando essa justificativa trazida por esse grupo e lembrando que, nas propostas iniciais de Reforma do Ensino Médio (ressaltando que o MPB não se opôs à Reforma), havia a retirada de saberes como Filosofia e Sociologia, muitos questionamentos vêm à mente: que qualidade é essa que é defendida? O que entendem por essencial? Essencial para quem? Qual a finalidade de educação que buscam? A quem serviria essa Base Comum que retira saberes que fomentam a criticidade ou que reduzem a carga horária dessas disciplinas?

As perguntas acima podem ser consideradas retóricas, já que o discurso de formação para a produtividade já é abertamente defendido, o alinhamento da educação brasileira, ao que preconiza a OCDE (Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico), defende que a educação deve estar consoante ao conceito de produtividade. O que se pode confirmar a partir da entrevista da pesquisadora Cláudia Piccinini para a reportagem “A quem interessa a BNCC?” trazida pela Fiocruz:

O que a gente tem de concreto é o conceito de qualidade preconizado pelos documentos da OCDE, do Banco Mundial, e também em documentos do empresariado brasileiro, como a Confederação Nacional da Indústria, que defendem que a qualidade na educação está diretamente ligada ao aumento na produtividade no trabalho como forma de ampliar

a competitividade na indústria, nos serviços³ (Piccinini, 2017, s/p).

Abaixo, pode ser visualizada a compreensão que o MPB apresenta em seu site acerca do Novo Ensino Médio no período recente (junho de 2023), uma vez que a implementação da Reforma foi suspensa, para maiores discussões, pelo novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva que assumiu em 2023:

Nós do Movimento pela Base, enquanto organização comprometida com os direitos de aprendizagem de crianças e jovens, e que acredita no potencial do Novo Ensino Médio para melhorar a qualidade da educação, queremos contribuir para o debate. Entendemos que há uma grande lacuna entre a proposta do Novo Ensino Médio e a forma como ela vem sendo implementada na prática – e os ajustes a serem feitos devem considerar este hiato. Ainda assim, para nós, embora a nova estrutura imponha vários desafios para ser colocada em prática, o modelo proposto aponta na direção certa para garantir aos jovens uma educação mais significativa, interessante e que oferece mais protagonismo e oportunidades para o futuro (Movimento Pela Base, 2023, s/p)⁴.

O texto é iniciado pela auto-apresentação do grupo, explicando sua atuação, e advogando interesses altruístas, uma vez que se apresenta como um movimento que busca contribuir para a melhoria da qualidade da educação. Depois de se apresentar como uma entidade atuante pelo bem comum, observa-se que, nesse ponto, a defesa da preparação de trabalhadores mais produtivos não é citada, o texto traz apenas preocupações com qualidade de ensino, embora não esclareça o que seria a qualidade.

A seguir, o MPB ressalta que o problema com o Novo Ensino Médio está apenas na forma de implementação, e não na sua estrutura. Esse discurso sobre o protagonismo dos jovens trazido nessa defesa do MPB para a Reforma, replica as publicidades apresentadas pelo MEC na época da tramitação da lei. Justificam a limitação de oferta de conhecimentos aos interesses pessoais dos alunos. Uma formação alinhada ao mercado de trabalho, ou seja, o jovem vai escolher os conhecimentos a que terá acesso de acordo com o trabalho que vai desempenhar no futuro, o conceito do “conhecimento útil”, entretanto, é útil para a visão capitalista, não na visão da formação de uma sociedade crítica e consciente e sim de um operário eficiente.

O texto trazido no site do MPB continua justificando a escolha dos itinerários formativos com uma argumentação bastante inquietante:

Se você já passou pelo Ensino Médio, deve ter se perguntado muitas vezes: para que eu

³ Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-quem-interessa-a-bncc> . Acesso em 13 de julho de 2023.

⁴ Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/4-principios-fundamentais-para-o-novo-ensino-medio-e-a-garantia-de-direitos-dos-estudantes/> Acesso em 12 de julho de 2023

estou aprendendo isso? Se você, por exemplo, queria seguir na área de Humanas, será que precisava ter se aprofundado em funções de terceiro grau da Matemática ou nas reações orgânicas da Química? Será que não faria mais sentido se dedicar à História, Geografia, Sociologia ou outras matérias da área que já contribuíssem para a sua formação? (Movimento Pela Base, 2023, s/p).

É possível observar um apelo diferente no discurso desse trecho do texto em defesa do Novo Ensino Médio apresentado pelo MPB, o trecho é iniciado dirigindo-se ao leitor, essa estratégia dialógica busca aproximar os interlocutores. O grupo se dirige à sociedade em tom de igualdade, buscando sensibilizar por uma “lógica” que se apresentaria como “inegável”.

Cabe lembrar que, em 2023, o PT (Partido dos Trabalhadores) voltou a liderar o executivo nacional, assim, espera-se uma certa mudança na perspectiva de rumos da política nacional. Junto com a volta do PT ao governo, vários outros movimentos sociais voltaram a atuar mais intensamente. O movimento chamado “Revoga Novo Ensino Médio” tomou força, o 15/03/2023 foi decretado um dia de luta pela revogação dessa Reforma, houve manifestações por todo o país, essas manifestações foram chamadas pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), segundo a UBES, mais de 150 mil estudantes foram às ruas pedir a revogação da lei.⁵

A força das organizações que lutam pela revogação do Novo Ensino Médio já apresentou uma vitória significativa, a interrupção da implementação da Reforma para maiores discussões reflete essa força. Certamente, organizações como o MPB, por exemplo, já se preparam para o embate maior com outros interesses, e já vão iniciando, no nível discursivo, apelos mais pessoais. No trecho acima da defesa pelo Novo Ensino Médio, vemos a clara estratégia de defesa argumentativa que apela para um “senso comum”, mas os interesses de manutenção da hegemonia não estão claros, partem para uma lógica rasa, mas que na verdade é a defesa do status quo, cabe sempre lembrar que o MPB é financiado pelo empresariado brasileiro. Conforme Gandin e Lima (2016), ao analisarem as políticas educacionais a partir das perspectivas de Michael Apple, apontam para alianças feitas pelos grupos hegemônicos com outros grupos:

Apple (2006) aponta que é necessário um árduo e constante trabalho por parte desses grupos para que as alianças se mantenham. Tais alianças estão sob a liderança dos grupos mais poderosos, que produzem consenso sobre pontos comuns entre seus divergentes interesses, tornando tais pontos o modo natural de pensar e fazer todas as coisas. A partir do conceito de alianças hegemônicas, faz-se ainda mais complexa a análise de hegemonia e contra-hegemonia. É importante destacar que grupos dominados também podem fazer

⁵ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/estudantes-vao-as-ruas-e-pressionam-mec-pela-revogacao-do-novo-ensino-medio/>. Acesso em 13 de Julho de 2023.

parte das alianças hegemônicas quando veem alguns de seus objetivos contemplados por tal aliança. Isso ratifica a importância de usar outras categorias que não apenas classe, pois, muitas vezes, os grupos que compõem tais alianças não são ligados ao que se pode chamar de classe dominante, mas relacionam-se com essas alianças em função de questões como raça e gênero, por exemplo (Gandin; Lima, 2016, s/p).

Apple (2015) discorre também sobre o neoconservadorismo na educação, esse viés ideológico tem influenciado muito nas políticas educacionais brasileiras, nesse aspecto surgem algumas das alianças da qual o trecho acima nos fala. Essas alianças ideológicas acabam fortalecendo a manutenção hegemônica.

Um ponto que é importante problematizar sobre o Novo Ensino Médio é o fato de delegar ao adolescente, que chega por volta dos 15 anos a essa etapa escolar, a escolha dos conhecimentos necessários para sua formação. A imaturidade, comum nessa etapa da vida, pode representar um risco muito grande, o jovem pode não ter desenvolvido a necessária sensatez para uma escolha tão significativa. Outro ponto importante a ser considerado sobre a BNCC é essa decisão sobre o que é essencial, uma vez que a escolha de conteúdos é uma decisão bastante arbitrária, trata-se da escolha de certos conhecimentos em detrimento de outros, tudo socialmente definido, como veremos mais adiante.

O risco de formar uma população com conhecimentos limitados não vai acarretar apenas em prejuízos pessoais, toda a sociedade perde quando a educação é limitada e não fomenta o pensamento crítico, ao menos toda a camada social que não vive da exploração da mão-de-obra alheia.

É evidente que por mais que não declarem abertamente, os grupos empresariais que tanto têm investido para tentar moldar a educação brasileira buscam atingir objetivos próprios, como nos afirma Gonçalves, 2017:

A influência do modo de produção nas políticas sociais e educacionais não é algo novo. O capitalismo, a cada crise, procura se reinventar para garantir sua manutenção e para isso são implementadas reformas em diferentes esferas da sociedade. Na atual conjuntura política, vivemos sob a lógica neoliberal, na qual os serviços públicos e as políticas sociais tornam-se oportunidades de negócio. Assim, a lógica do mercado se insere no campo da educação para que possa funcionar à sua semelhança. E a partir desses interesses se operacionaliza a Reforma do Ensino Médio (2017, p.140).

Pode-se inferir, portanto, que a adoção desse Novo Ensino Médio e de uma Base Comum Curricular deixou evidente que os empresários estão defendendo seus lucros nos anos futuros. Com essa influência tão forte do empresariado, os currículos tendem a seguir sempre no modelo tradicional, cada vez com maior destaque para o que Apple (2015, p.606) denomina

de “cultura da auditoria”. Com responsabilização da escola por eventuais índices ruins, índices esses que são medidos em avaliações externas de larga escala, que não dialogam com a diversidade cultural que nosso vasto país apresenta.

E, ao pensarmos nesses índices, também é importante refletirmos que, na escolha dos saberes que devem ser trabalhados na BNCC, está a seleção dos conteúdos presentes na avaliação em larga escala, enquanto, nas avaliações em larga escala, encontram-se os conteúdos da BNCC. Esse ciclo, que parece bastante fechado, traz uma sensação de impotência, entretanto qualquer um desses pontos é arbitrário, mas nos é passada a ideia da qual Silva (2011) nos alertava, como se o currículo já estivesse lá, sempre pronto, só à espera de ser descoberto, como se não fosse um produto da ação humana, sujeito a influências diversas. Para entendermos como reformas tão profundas foram feitas e aprovadas de maneira tão célere, é importante refletirmos sobre o contexto político no qual tais políticas foram aprovadas.

Desdobramentos políticos nas políticas reformistas e a ideologia neoliberal

Analisando o cenário político brasileiro, após a retomada da democracia, percebemos a celeridade e a eficiência com que esse deslocamento linguístico passa a ser feito. Dagnino (2004) também nos traz o exemplo do conceito de Cidadania, tão caro à sociedade brasileira, que ajudou na construção da Constituição de 1988, mas que a ideologia neoliberal conseguiu reduzir muito rapidamente, esvaziando o sentido de maneira devastadora.

Infelizmente, o capitalismo costuma ter essa eficiência, uma vez que domina os Meios de Comunicação em Massa, torna-se bastante fácil disseminar, assim, suas ideologias neoliberais. No decorrer do mesmo texto, essa autora nos lembra do surgimento do programa Comunidade Solidária do governo de FHC (Fernando Henrique Cardoso), que era chefiado por sua esposa, a socióloga Ruth Cardoso, programa esse que “terceirizava” os programas sociais, transferindo a responsabilidade social, que todo o Governo deve ter, para uma ação de “benevolência” dos detentores do capital, é notável que esses detentores sempre cultivaram esse gosto pela “solidariedade”, principalmente quando ela é noticiada, caridade no lugar da justiça social. Enquanto distribuem esmolas, sobram mais recursos da máquina pública para servi-los.

Nas eleições de 2003, ascendeu ao poder o presidente Luiz Ignácio Lula da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores (PT), o primeiro mandatário eleito, após a redemocratização, mais identificado com a esquerda, cuja trajetória política surgira da luta sindical. Lula criou e transformou em Política Pública o maior programa de redistribuição de renda já feito no Brasil, o Bolsa Família, o representante do Partido dos Trabalhadores teve 2

mandatos na presidência, o PT conseguiu eleger, ainda, a presidente Dilma Rousseff por outras 2 vezes; entretanto, Rousseff acabou sendo retirada do poder por meio de um golpe midiático-jurídico-parlamentar.

Ramos e Frigotto (2017) afirmam que a batalha por manter a hegemonia do capital, justifica a necessidade de retomada do poder pelo bloco que se opunha ao Partido dos Trabalhadores, como não conseguiram pelo voto popular, apesar do intenso esforço de deteriorar a imagem do Partido dos Trabalhadores, esse bloco resolveu, então, partir para um golpe:

Com efeito, mesmo sendo governos de conciliação, as políticas sociais e, em particular, a recomposição e aumento do salário mínimo ao longo de mais de uma década nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, avançaram além do suportável para uma classe dominante de DNA escravista e colonizador e, num momento de crise mundial profunda do sistema capital, já que não conseguiram assumir o poder pelo voto popular, o tomaram por meio de um Golpe de Estado. O componente externo que compõe a motivação do golpe situa-se na ruptura relativa da dependência do império Norte Americano mediante a política de unidade da América Latina e pela ativa participação do Brasil na criação do grupo de países, BRICS. (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que firmaram um acordo de cooperação política e econômica (Ramos; Frigotto, 2017, p. 35).

Durante os 14 anos dos governos do PT, muitas conquistas foram possíveis, como o próprio Bolsa Família, além da Farmácia Popular, Minha Casa Minha Vida, e a política de aumento real de salário mínimo, a expansão da educação universitária e o advento dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Foram conquistas muito importantes, embora se possa criticar que as políticas sociais foram mais voltadas à amenização das diferenças sociais do que na superação das mesmas em suas raízes. O mercado, por exemplo, não foi prejudicado, não houve uma política de taxaço de lucros e dividendos, nem das grandes fortunas, ou seja, os ricos não tiveram perdas nesse período.

Embora a classe mais abastada do país não tenha tido perdas nos governos do PT, a ideologia neoliberal não estava satisfeita e promoveu o golpe, retirando a presidente Dilma do poder, mesmo sem essa ter cometido crime de responsabilidade. Como nos mostram Ramos e Frigotto, (2017, p. 35):

Com efeito, mesmo sendo governos de conciliação, as políticas sociais e, em particular, a recomposição e aumento do salário-mínimo ao longo de mais de uma década nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, avançaram além do suportável para uma classe dominante de DNA escravista e colonizador e, num momento de crise mundial profunda do sistema capital, já que não conseguiram assumir o poder pelo voto popular, o tomaram por meio de um Golpe de Estado. O componente externo que compõe a motivação do golpe situa-se na ruptura relativa da dependência do

império Norte Americano mediante a política de unidade da América Latina e pela ativa participação do Brasil na criação do grupo de países, BRICS. (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que firmaram um acordo de cooperação política e econômica.

Depois, percebendo que Lula voltaria a ganhar a eleição de 2018, prenderam-no de maneira arbitrária para que ficasse impossibilitado de concorrer à presidência, já que liderava as pesquisas de intenção de votos para o pleito daquele ano. Carvalho e Fonseca (2019) analisam a violência cometida contra Lula com a prática de *lawfare* por parte do sistema judiciário e também do jornalismo, concluindo que:

A prisão e impedimento da candidatura de Lula à presidência contribuiu decisivamente para a eleição de Jair Bolsonaro, político explicitamente associado a atitudes autoritárias e de desrespeito à diversidade humana, na contramão dos pensamentos de Hannah Arendt e de Achille Mbembe sobre a política como possibilidade da não violência, a despeito de todos os desafios (Carvalho; Fonseca, 2019, p. 110).

Assim sendo, ao analisarmos esses caminhos percorridos para a retirada de governo de um partido mais voltado à esquerda no Brasil, é possível perceber o afã com que os “poderosos” desejavam retomar o monopólio do controle no Brasil.

O impeachment foi feito em 2016, ainda naquele ano, o sucessor de Dilma Rousseff, Michel Temer, que sempre fora defensor da ideologia neoliberal, passou a apresentar medidas que serviriam a essa ideologia, a PEC 241, do Teto de Gastos, é um excelente exemplo disso, colocando limite aos gastos em saúde, educação e segurança, por exemplo, prejudicando sobremaneira a população mais pobre, uma vez que é essa que depende dos serviços públicos para ter um mínimo de acesso a esses itens. Amaral (2017) traz importantes reflexões sobre as reformas apresentadas no pós-golpe:

Com o impeachment de Dilma Rousseff, assumiu a Presidência da República o grupo que dirigiu o país no período do governo FHC, e uma de suas primeiras medidas foi retornar à implementação, com intensidade, das reformas preconizadas pelo Consenso de Washington. Recomeçaram as privatizações, a abertura do mercado às empresas estrangeiras, as reformas da previdência e trabalhista etc. É emblemática nessa nova fase a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição de número 241 na Câmara dos Deputados e 55 no Senado Federal, que se tornou a EC 95, de 15 de dezembro de 2016. Essa mudança constitucional instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF) no país e que prevalecerá, inicialmente, por 20 anos, portanto, até 2036, que congelará as despesas primárias e liberará os pagamentos relativos ao mercado financeiro. Estarão, portanto, limitadas as possibilidades da implementação de novas políticas públicas que objetivem diminuir a enorme desigualdade brasileira (Amaral, 2017, p. 3).

Entretanto, enquanto a sociedade estava assistindo aos debates sobre a aprovação dessa PEC, que atingiria diretamente a classe trabalhadora e toda a população em condição de

vulnerabilidade social, a mídia brasileira, que apoiou o golpe, afinal serve ao mesmo capital, debatia muito sobre a responsabilidade fiscal e a necessidade de conter os gastos públicos. O povo viu o fim do aumento real do salário-mínimo virar lei, sem a devida revolta, envolvido em um enredo que misturava termos de mercado, corrupção e responsabilidade de maneira muito bem articulada, as pautas de luta da classe trabalhadora por dignidade foram esvaziadas, os direitos básicos da população foram colocados como “gastos públicos” que deveriam ser contidos.

A população foi ensinada a temer o nervosismo do mercado, embora a maioria da população nem entenda o que significa essa expressão, mas que é usada de maneira muito consciente pelos defensores da ideologia neoliberal, uma vez que conforme Dagnino (2004, p.156): “Num contexto no qual o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania.”. Sendo assim, o mercado passa a ser encarado como uma entidade digna de devoção, já que passa a ser mostrado como a salvação das mazelas sociais.

Assim sendo, inclusive na educação, o mercado passa a ser visto como solução para todos os problemas. Apple (2015) chama atenção para o discurso de despolitização dos mercados, tidos como neutros e capazes de garantir a meritocracia

Assim, os mercados e a garantia de recompensas por esforço e mérito devem estar vinculados, para produzir resultados “neutros”, mas positivos. Mecanismos, que deem provas da eficácia e eficiência empresarial, portanto, devem ser postos em prática. Este acoplamento de mercados e mecanismos para a geração de evidências de desempenho é exatamente o que ocorreu. Se ele funciona, esta é uma questão em aberto (Apple, 2015, p. 615).

Embora Apple afirme que essa seja uma questão em aberto, ainda no mesmo texto, apresenta o estudo de Geoff Whitty no qual mostra que as políticas neoliberais de mercantilização da educação não servem de estratégia para superação de desigualdades e sim como reprodução dessas:

Essas esperanças não se viram realizadas e é improvável que sejam no futuro, “no contexto de políticas mais amplas que não fazem nada para desafiar as desigualdades sociais e culturais mais profundas”. Como ele coloca mais adiante, “a tomada atomizada de decisões em uma sociedade altamente estratificada pode parecer dar a todos igualdade de oportunidades, mas a transferência da responsabilidade pela tomada de decisão, da esfera pública para a esfera privada, pode realmente reduzir o escopo da ação coletiva para melhorar a qualidade da educação para todos” (Apple, 2015, p. 615, grifos do autor).

Na esfera política brasileira do pós-golpe de 2016, além das medidas cruéis trazidas pela

EC 95, no mesmo ano, o grupo que tomou o poder também apresentou a reforma na área da educação, a Reforma do Ensino Médio. Cabe ressaltar que o neoliberalismo desde que entrou na política nacional, nunca saiu, entretanto, essa Reforma de 2016, aprovada em 2017, é ainda mais cruel para com a sociedade no que diz respeito à educação, uma vez que transfere responsabilidades que seriam do governo para o cidadão, além de aumentar a participação da iniciativa privada nas escolas públicas.

Nessa Reforma, a distorção semântica toma proporções ainda mais severas, termos como empreendedorismo são amplamente usados com essa cruel finalidade de transferência de responsabilidades para com o bem-estar social, para o cidadão. Apple (2015) nos apresenta uma definição de Olsen de que, no neoliberalismo, os indivíduos estão constantemente construindo uma empresa de si mesmos. Assim sendo, podemos interpretar que se entrarmos em “falência” a responsabilidade é toda nossa. O Estado não teria falhado, e sim, a pessoa/empresa.

Essa visão neoliberal trazida para a educação traz consigo a cultura de controle de eficiência. Esse controle deve ser medido, quantificado, dessa forma, o trabalho docente passa a ser “auditável”, a seção seguinte nos traz reflexões sobre os mecanismos de auditoria para o trabalho do professor.

Neoliberalismo e seus mecanismos de controle do trabalho docente

A ideologia neoliberal influencia as políticas educacionais brasileiras desde antes da nossa redemocratização e se fortaleceu a partir da década de 1990. A Constituição Federal de 1988 traz a educação como uma política de direito universal de obrigação do Estado, os profissionais de educação lutaram muito por esse direito, a sociedade como um todo lutou por esse direito, reivindicando por qualidade do ensino público. O neoliberalismo, novamente, se valeu de um conceito para redefini-lo em seu favor, a costumeira apropriação semântica da qual Dagnino nos alerta, fazendo da qualidade um mecanismo capaz de ser medido por avaliações numéricas que seriam aplicadas por organismos externos.

O principal medidor dessa qualidade é o Banco Mundial, aqui se fortalece uma ideia: a qualidade deve ser medida numericamente. Dessa forma, para medir-se, faz-se necessário uma prova objetiva, igual para todos, assim sendo, é necessário um currículo único para todo o território nacional.

O gerencialismo na gestão pública implica, como já foi dito, em mecanismos de controle e eficiência, entretanto esse modelo quantitativo não leva em consideração as diferenças sociais, étnicas e culturais dos indivíduos envolvidos, são quantificações que colocam os desiguais

como iguais perante um mecanismo de controle de qualidade que fomenta a performatividade:

Performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação, e mesmo, tal como define Lyotard, um sistema de “terror”, sistema que implica julgamento, comparação e exposição, tomados respectivamente como formas de controle, de atrito e de mudança. Performances – de sujeitos individuais ou organizações – servem como medidas de produtividade ou resultados, como formas de apresentação da qualidade ou momentos de promoção ou inspeção (Ball, 2010, p. 31).

Esse sistema de controle do trabalho do professor é tema de pesquisa, inclusive sobre a saúde dos profissionais, uma vez que a cobrança do Sistema, seja a autocobrança, ou a exposição feita aos pares, traz um estresse maior aos profissionais. Hashizume analisa os impactos das avaliações externas na saúde física e mental dos professores do Estado de São Paulo, entretanto, é uma realidade que, infelizmente, pode ser verificada em todo o território nacional, afinal a Reforma do Ensino Médio atingiu todo o país.

A atividade docente, portanto, é afetada por descontinuidade e externalidade, aspectos mais visíveis que ocasionam a precariedade subjetiva do trabalhador. Frente à impossibilidade de planejamento e autonomia em relação à sua atividade, o docente se vê impelido a executar os procedimentos preconizados para todas as escolas do Estado, já que se torna imperativa sua adoção como sinônimo de eficiência. O controle sobre si, aliado ao controle feito por pares (físico ou digital) deixa o trabalhador sem autonomia nem possibilidade de reflexão de sua atividade/planejamento, num processo de reificação de si e do seu trabalho (Hashizume, 2020, p. 123).

Dessa forma, percebemos que a visão de empresa de si mesmo recai sobre toda a sociedade, inclusive para os professores, nossa produtividade é medida em provas externas aplicadas aos nossos alunos, isso vem causando preocupações e estresses maiores na categoria. É importante ressaltar também que essas provas não levam em consideração fatores como a situação social dos estudantes, a escolaridade de seus pais, fatores que, comprovadamente, influenciam no rendimento escolar. De acordo com os resultados obtidos, que são de acesso público, acontece o fenômeno do êxodo da classe média de escolas com rendimentos mais baixos para escolas com índices mais altos. A esse respeito Apple declara que:

Os pais de classe média são mais propensos a ter os conhecimentos, habilidades e contatos para decodificar e manipular o que são sistemas cada vez mais complexos e desregulamentados de escolha e recrutamento. Quanto maior a desregulamentação, quanto maior é a possibilidade de usar procedimentos informais. A classe média, em geral, é também mais capaz de deslocar os seus filhos pelo sistema (Apple, 2015, p. 618-619).

Esse êxodo da classe média para determinadas escolas, por si só, já é prejudicial,

fazendo com que as crianças diminuam o convívio com as diferentes realidades e culturas, mas para além disso, acabam fomentando a existência de escolas taxadas por “boas” e escolas ditas “ruins” já que pode perpetuar o “mau desempenho” das escolas, o que, infelizmente, acaba interferindo no trabalho dos profissionais que ali atuam. Além disso, esse mecanismo não ajuda de maneira alguma na superação das desigualdades sociais, pelo contrário, acabam aprofundando o problema.

Na tentativa de obter sucesso em avaliações de mercado, é comum escolas acabarem optando por seguirem conteúdos curriculares de maneira mecanizada, é praticamente uma imposição para a performatividade dita “adequada”, sendo assim há um empobrecimento do estudo de pautas sociais. Perpetuando, assim, um sistema gerencialista, bem como a adoção da teoria tradicional de currículo, uma vez que é essa que melhor se adequa ao objetivo de ter boas notas em provas objetivas. O sistema todo acaba se retroalimentando, a mercantilização da educação não abre espaço para teorias curriculares que debatam questões sociais, afinal uma sociedade crítica e consciente não é útil para o sistema neoliberal, que se alimenta das desigualdades.

Teorias de currículo e reformas educacionais

Silva (2011) problematiza a expressão teoria de currículo, conforme o autor, “teoria é uma representação, uma imagem, um reflexo que cronologicamente, ontologicamente, a precede” (2011, p. 11). Essa nomenclatura acaba transmitindo a ideia de que o currículo seria pré-existente, ao invés de um documento arbitrariamente criado. A problemática semântica está nesse fato, a teoria curricular não apenas descreve o objeto ela produz o objeto.

Como se sabe, nesse campo, nada é desinteressado, a expressão “teoria de currículo” parece retirar o processo de criação e passar à simples descoberta. Para esse autor a expressão mais adequada seria “discurso de currículo”. Mas como a nomenclatura já está bastante fixada, continua sendo usada, entretanto é relevante refletir sobre suas implicações.

Portanto, o documento que chamamos de currículo é montado com a seleção de determinados saberes em detrimento de outros, alguns são privilegiados enquanto outros são desconsiderados, tudo de maneira arbitrária, como alerta Silva. Dessa forma, é possível entender que seguir uma BNCC não significa andar pelo único caminho possível, entretanto, desde 2018, seguir a BNCC é obrigatório, uma vez que o documento tem caráter normativos, como comprovamos pela introdução do documento no site do MEC (Ministério da Educação):

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)⁶.

O caráter normativo está na introdução do documento e é reforçada pelo verbo “dever”, sendo assim, a liberdade pedagógica acaba sendo suprimida por essa imposição.

As três principais correntes de teorias curriculares são: tradicional; crítica; e pós-crítica. Conforme Silva (2011) em 1918, foi lançada a obra *The Curriculum*, de Bobbitt, no qual é apresentada a teoria tradicional, baseada na administração científica taylorista, sendo que, no discurso curricular de Bobbitt, pois, o currículo é supostamente isso: a especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos para a obtenção de resultados que possam ser precisamente mensurados (Silva, 2011, p. 12).

A teoria tradicional replica, na escola, a administração fabril, ela surgiu num momento em que os grupos percebiam o poder da escolarização, já que ela estava se massificando, ou seja, não seria mais um privilégio das elites. Portanto, diversos grupos passaram a tentar influenciar na educação, já que a mão-de-obra passaria pela escola.

Como visto anteriormente, a nova BNCC, não por coincidência, foi montada sob forte influência do empresariado. Refletidos principalmente no Movimento Pela Base, Andrade, Neves e Piccinini ressaltam os esforços desse grupo para a aprovação do documento:

A partir dos anos 2013, a reivindicação e a organização de um “novo” movimento de recriação de um currículo nacional com perspectivas a homogeneização curricular, não inédita, mas sem precedentes em relação ao volume de mobilizações e atores envolvidos no processo. Tomando as rédeas de condução do processo, além do MEC – via comitê gestor – encontramos o expoente do reformismo da educação básica: O Movimento pela Base Nacional Comum (Andrade; Neves; Piccinini, 2017, p. 5).

No trecho acima, as autoras aproximam o MPB a um partido, haja vista a força política que possui. A educação a serviço da simples formação de mão-de-obra vai de encontro ao ideal de uma educação emancipatória, entretanto, o empresariado costuma ver na educação da classe trabalhadora uma possibilidade de formação de um tipo de funcionário. Essa visão acaba auxiliando a mercantilização da educação. A teoria curricular que se encaixa na visão mercantil é a teoria tradicional, que também se inclui na educação bancária explicada por Freire (1996).

A teoria tradicional se sustenta por ser embasada numa suposta neutralidade, porém não

⁶ Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 13 de jul. de 2023

há neutralidade nenhuma, já que a falta de criticidade auxilia na manutenção das “coisas como são”, não busca a superação das desigualdades sociais, essa suposta neutralidade, portanto, fomenta a manutenção do poder hegemônico⁷. A teoria tradicional é a que melhor serve ao objetivo de manter as desigualdades já que não traz criticidade para a educação. A pedagogia crítica, no entanto, seria capaz de fortalecer o ideal da educação contra-hegemônica:

A pedagogia crítica – tradição radical ou tradições radicais que buscam interromper o domínio de classe, raça e gênero na política e na prática – não pode e não irá ocorrer no vazio. A menos que nós, honestamente, enfrentemos essas transformações profundamente direitistas e pensemos taticamente sobre elas, vamos obter pouco efeito, quer na criação de um senso comum contra-hegemônico, quer na construção de uma aliança contra-hegemônica (Apple, 2005, p. 609).

Dessa forma, torna-se compreensível que o empresariado brasileiro incentive um currículo pautado na pedagogia tradicional, a manutenção da hegemonia perpetua os privilégios aos já privilegiados. Entretanto, para uma sociedade mais igualitária, é necessária a luta por uma escola verdadeiramente inclusiva e capaz de oferecer resistência contra as tão profundas desigualdades sociais que nosso país apresenta.

Como afirmou Apple (2003), em sua análise acerca das políticas reformistas em diferentes países, inclusive no Brasil, é necessário enfrentarmos as reformas direitistas para lutar por um senso comum contra-hegemônico. Cabe ressaltar que no Brasil pós-golpe houve um recrudescimento ainda maior nessa visão mercantil dada à educação.

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, em 2008, foram criados com uma visão diferente para a educação, trazendo o trabalho como princípio educativo, buscando uma educação integral e emancipatória, com um currículo diferenciado, fundado a partir das visões marxistas, ou seja, numa teoria crítica curricular. A teoria crítica tenta se distanciar das teorias tradicionais, por identificar nestas a perpetuação das desigualdades, já que reproduzem os interesses das classes dominantes, do interesse neoliberal. Os Institutos Federais buscam um currículo capaz de trazer criticidade ao estudante para que esse seja capaz de identificar as desigualdades para poder combatê-las.

Infelizmente, a Reforma do Ensino Médio, quando trata de educação para o trabalho, não fomenta a mesma teoria curricular dos Institutos Federais, afinal é notável que os governos

⁷ Hegemonia foi usada na acepção desenvolvida por Gramsci e traduzida por Johnson como: “podemos dizer que a hegemonia é um conceito que se refere a uma forma particular de dominação na qual uma classe torna legítima sua posição e obtém aceitação, quando não apoio irrestrito, dos que se encontram abaixo”. (Johnson, 1995, p.123).

que assumiram o poder após o golpe de 2016 não trazem o interesse de promover uma educação emancipatória, são representantes dos interesses neoliberais.

A teoria pós-crítica de currículo vai além da consciência de classe, é um currículo que luta pela superação de todas as desigualdades, como por exemplo, as questões de gênero e raça, pautas importantes para o debate nas escolas, entretanto muito combatida pela visão neoconservadora que assola o país.

O neoconservadorismo não aparece na política por casualidade, mas sim como um pilar na luta em defesa de um projeto de poder, já que ele serve para defender os interesses neoliberais, conforme afirma Moll (2016, s/p) “o neoconservadorismo e o neoliberalismo pressupõem, de modo semelhante, que a solução para estabilização do sistema capitalista repousa sobre a ideia de Estado mínimo”, sendo assim, é evidente que essas correntes caminham juntas e que o capitalismo utiliza-se dos apelos neoliberais para defender seus objetivos mercantis.

Também é notável o crescimento do apelo neoconservador na política nacional, embora o Estado seja constitucionalmente laico, percebemos o crescente apelo religioso nos debates políticos, como exemplo citamos o slogan “Deus, pátria e família” utilizado pelo ex-presidente do Brasil (2019-2022) que era declaradamente representante da Direita. Entretanto, cabe ressaltar que os interesses mercantis se valem dos discursos religiosos para defender interesses políticos e econômicos, vejamos uma reflexão de Apple acerca desse tema:

Hoje não é nada diferente do que foi no passado. Um conjunto “novo” de compromissos, uma nova aliança e um novo bloco de poder já foram formados e têm cada vez mais influência na educação e em todas as coisas sociais. Este bloco de poder combina múltiplas frações do capital, as quais estão comprometidas com as soluções mercantilizadas neoliberais para problemas educacionais: intelectuais neoconservadores que querem um “retorno” aos padrões mais elevados e uma “cultura comum”, conservadores religiosos populistas autoritários que estão profundamente preocupados com laicidade e preservação de suas próprias tradições e determinadas frações da nova classe média orientada às profissões que estão comprometidas com a ideologia e as técnicas de accountability, medição e “gestão”. Embora existam tensões e conflitos evidentes dentro desta aliança, em geral, seus objetivos globais são de fornecer condições educacionais, que são, acredita-se, necessárias tanto ao aumento da competitividade internacional, lucro e disciplina como ao regresso a um passado romantizado da casa, família e escola “ideal” (Apple, 1996; 2000; 2006; Apple *et al.*, 2003, p. 610-611)

Apple nos resume, no excerto acima, as alianças que o capital vai fomentando para defender a manutenção de sua hegemonia. Blocos distintos se unem, e se fortalecem, utilizando-se de discursos apelativos que manipulam o senso comum. O apelo neoconservador de defesa dos valores familiares serve para argumentar, junto ao cidadão comum, sobre a necessidade de

novas políticas curriculares, textos que, na prática, acabam diminuindo a criticidade na escola e que, em consequência, auxiliam na manutenção do Estado que privilegia os já privilegiados.

Portanto, neoconservadores e neoliberais formam uma aliança de grupos que lutam pela manutenção hegemônica fazem para o fortalecimento de um senso-comum que justificaria tanto a Reforma do Ensino Médio como a imposição da BNCC, tudo a serviço de um projeto de manutenção do poder.

Considerações finais

A educação é alvo constante do interesse do mercado. Para os poderosos, a educação da classe trabalhadora deve servir ao objetivo de formar mão-de-obra qualificada o suficiente aos seus interesses. Entretanto, para a superação das desigualdades é importante que sigamos lutando por uma educação emancipatória, mantendo as pautas de superação das mazelas sociais, buscando currículos que fomentem a criticidade nos estudantes e lutando contra Políticas Públicas que defendam o capital em detrimento da classe trabalhadora. Lutar pelos seres humanos é o papel da escola.

As políticas mercantis, quando implantadas nas escolas, já mostraram que tornam a educação competitiva, discriminatória e elitista, não faz bem para os alunos, nem para os profissionais da educação, muito menos para a sociedade, já que mantém e até agrava as injustiças. Um currículo que ignora as questões sociais não cumpre com sua função social, uma vez que não estimula a superação das desigualdades.

Uma sociedade só pode ser evoluída quando as pessoas que a formam vivem de maneira digna, mediar uma educação emancipatória é dever e direito dos profissionais da educação, essa luta não é fácil, já que a ideologia neoliberal é representada por quem domina os meios de produção e também os meios reprodução de informações, mas é uma luta que deve ser travada por toda a sociedade, mostrando o quanto a comunicação entre as instituições estudantis e a comunidade é importante. Lutar por uma educação integral é lutar pela superação de um país injusto.

A Reforma do Ensino Médio, e a imposição da nova BNCC não trazem uma visão de educação emancipatória, portanto limitam a educação dos jovens, dessa forma, limitam também o desenvolvimento do pensamento crítico das futuras gerações. Uma sociedade não-crítica é muito importante para a manutenção da hegemonia vigente que, infelizmente, é o que desejam os privilegiados. O empenho do empresariado, representado pelo MPB, em impor a BNCC e recentemente em apoiar a continuidade da Reforma do Ensino Médio nos comprova tal

interesse.

Referências

ANDRADE, Maria Carolina Pires de; NEVES, Rosa Maria Correa das.; PICCININI, Claudia. Lino. Base nacional comum curricular: disputas ideológicas na educação nacional. **Colemarx**, 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC37/mc373.pdf>. Acesso em: 05/03/2023.

APPLE, Michael W. Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. **Linhas Críticas**, v. 21, n. 46, p. 606–644, 2016. DOI: 10.26512/lc.v21i46.4684. <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4684>. Acesso em: 10 julho de. 2023.

APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

BALL, Stephen John. Intelectuais ou técnicos? O papel indispensável da teoria nos estudos educacionais. In: BALL, Stephen John; MAINARDES, Jefferson. **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 201. p. 78-99

BALL, Stephen John. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, v. 35, n. 2, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15865>. Acesso em: 08 julho. 2023.

CARVALHO, Carlos Alberto. FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Violência em acontecimentos políticos: jornalismo e *lawfare* no caso Lula. **Galaxia** (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, Especial 1 - Comunicação e Historicidades, p. 100-112, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019441720>. Acesso em 03 de ago 2023

COSTA, Campolini Luciane da.; MIOTTO, Catolino Raymundo, Gislene. A Avaliação da aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica: uma análise das práticas avaliativas nos cursos técnicos subsequentes no IFSC - Campus Caçador. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 6, n. 1, p. 113-134, 2022. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/721>. Acesso em: 24 nov. 202.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 5, p. 137-161, 2004.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**. v. 45, n. 1, São Paulo, 2005.

GALEANO, Eduardo As veias abertas da América Latina. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p. Título original: *Las venas abiertas de America Latina*. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v.12).

GANDIN, Luís Armando; DE LIMA, Iana Gomes. A perspectiva de Michael Apple para os

estudos das políticas educacionais. **Educação e Pesquisa**, 42 (3), Jul/Sep, 2016 . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/pHbhvFvxKmGNtMDGQd6Ltqx/?lang=pt>. Acesso em: 13 de julho de 2023

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Interesses mercadológicos e o “novo” Ensino Médio. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 131-145, 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/753/pdf>. Acesso em 20 de Abril de 2024.

HASHIZUME, Cristina Miyuki. O trabalho docente na rede estadual e impactos na docência: ensaio a partir de experiências de campo no estado de São Paulo. *In: Quando os Professores Adoecem: Demandas para a Psicologia e a Educação: FACCI, M.G.D, URT, SC (org.)* Editora: UFSM, 2020, p.121-141

HOSTINS, Regina Célia Linhares.; ROCHADEL, Olívia. Contribuições de Stephen Ball para o campo das políticas educacionais. **Revista de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v.23, n.1, p.61-84, jan./abr.,2019. E-ISSN:1519-9029. DOI: 10.22633/rpge.v23i1.11947

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de política e suas contribuições para análise da trajetória de políticas educacionais. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 1, n. 2, abr. 2007, p. 94-105. ISSN 1809-0354. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/34>. Acesso em: 20 nov. 2023. doi: <http://dx.doi.org/10.7867/180>

ORLANDI, Eni Puccinelli. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). **Estudos da Língua(gem)**, v. 1, n. 1, 2005, p. 9-13. DOI: 10.22481/el.v1i1.973. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 16 jul. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli (1999). Análise de discurso: Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes (2001) **Os jornais e os operários**. Marxist Internet Archive, 2005. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em 15/02/2023

RAMOS, Marise, FRIGOTTO, Gaudencio. Medida Provisória 746/2016: a contrarreforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 16, n. 70, dez. 2016, p.30-48.

SCHNEID, Scherer Susana. Performatividade, trabalho docente e escola pública: um mapa dos estudos sobre a temática. **Revista de Educação e Sociedade**, v. 6, n. 13, p. 29-47, 27 dez. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TOSTA, Kesia Silva.; NEY, Marlon Gomes; SILVA, Renata Maldonado. Reforma do Estado e políticas de avaliação da qualidade da Educação Básica no Brasil. **Educação**, v. 45, n. 1, 2020, p. 1–22. DOI: 10.5902/1984644436288. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/36288>. Acesso em: 24 nov. 2023.

TOMMASI, Livia de; WARD, Mirian Jorge.; HADDAD, Sergio. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 2.ed.Cortez Editora: São Paulo,1996.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

SOBRE O/AS AUTOR/AS

Joice Pereira Soares. Graduada em Letras-Português pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha- *campus* Jaguari. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8002049042243215>

Letícia Ramalho Brittes. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha - *campus* Jaguari. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5104573307305494>

Laila Azize Souto Ahmad. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *campus* Jaguari. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2919524194737397>

Como citar

SOARES, Joice Pereira; BRITTES Letícia Ramalho; AHMAD, Laila Azize Souto.

REFORMAS EDUCACIONAIS FRENTE ÀS TEORIAS DE CURRÍCULO: dois conceitos, um interesse. **Revista Espaço Currículo**, Pré-publicação/Ahead of Print (AOP), e66467, 2024.